

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA ESCOLA (1)

José Batista Neto (2)

RESUMO

Discute a instalação da Divisão Social do Trabalho na Escola Moderna a partir dos marcos dados pelo sistema capitalista de produção. O texto retoma a formação do Capital Monopolista e analisa como os termos dessa formação vieram a interferir na constituição das relações sociais na Escola.

-
1. Palestra proferida no Seminário de Estudo da Realidade; em 31.05.89; promovido pela Secretaria de Educação de Pernambuco.
 2. Professor Assistente do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação da UFPE e Mestre em História pela UFPE.

Enfrentaremos a questão colocando, primeiramente, quatro perguntas sobre a escola e a sua relação com a sociedade e a história.

Que tem a ver a Escola com o sistema produtivo?
Será a Escola apenas uma agência formadora de mão-de-obra qualificada?

Que tem a ver a organização escolar com a organização do sistema produtivo?

Como a formação do Capital Monopolista veio a interferir na constituição das relações sociais na Escola atual?

Entendemos que as respostas a essas perguntas poderão ser dadas de diversas maneiras. Aqui escolhemos uma dessas, certos de que assim não estaremos dando conta da questão em toda a sua extensão. A nossa escolha nos levará a retomar a história da formação do Capital Monopolista e os seus desdobramentos sobre o conjunto da sociedade.

A formação do capital Monopolista, ocorrida desde o final do século XIX, dá-se a partir da crise do Capital Concorrencial. São elementos desse processo:

- a) avanços técnicos na produção capitalista — II Revolução Industrial;
- b) concentração de capital — monopólio/cartelização;
- c) hegemonia do capital financeiro.

Face ao tema que aqui enfrentamos, interessa-nos aprofundar a compreensão em torno do primeiro elemento do processo de formação do Capital Monopolista: os avanços técnicos na produção capitalista.

O Capitalismo, a partir do último quartel do século XIX, assiste a uma acelerada incorporação de avanços técnicos na produção industrial expressos pela absorção de novas fontes de energia (eletricidade, petróleo e subprodutos) e pelos progressos na siderurgia, nos transportes (trens, motocicletas, navios e automóveis) e nas comunicações (telefone, telégrafo, cinema, imprensa etc).

Tais modificações são introduzidas num curto espaço de tempo e colocam à disposição das sociedades ocidentais um conjunto de bens que vêm a revolucionar o cotidiano dessas formações sociais. Um segundo aspecto das inovações técnicas que transformam a produção industrial diz respeito às novas técnicas de produção introduzidas a partir da indústria automobilística e que passam a constituir, décadas depois, uma marca registrada do processo produtivo contemporâneo.

Essas novas técnicas foram criadas para responder fundamentalmente, a três perguntas postas pelos capitalistas no final do século passado.

Como reduzir o preço de custo das mercadorias?
Como aumentar o volume de vendas dos bens?
Como melhorar a eficiência dos produtos?

Quem oferece, historicamente, as melhores respostas a essas questões é o capitalista Henry Ford (1863-1943), possuidor de uma pequena fabriqueta, que veio a ser uma das maiores multinacionais do setor automobilístico. Ford, soube reunir contribuições diversas postas pelo seu tempo, percebendo e definindo tendências. Por isso, a contribuição de Ford está em reunir idéias e concepções para a formação de um novo sistema produtivo e não na geração de tais idéias e concepções. As respostas às questões anunciadas vieram por duas imposições ao processo

produtivo: a produção em série e a administração científica. Como tal se deu? Ford, cujas transformações no processo produtivo passaram a ser conhecidas com o nome de fordismo, incorporou à fábrica duas novas técnicas/ processo de trabalho:

a) a estandardização, que implica a redução do número de modelos de um produto oferecido aos consumidores para obter-se o rebaixamento do custo da produção, com o estímulo ao consumo através de intensa propaganda;

b) o taylorismo, que significa introduzir estudos científicos que indiquem a melhor divisão do trabalho, ou seja, a divisão em tarefas fixas a serem realizadas em tempo rigorosamente cronometrado; isso implicaria a redução de movimentos desnecessários por parte dos operários e também o aumento da produtividade (total de bens produzidos por hora).

O fordismo e o taylorismo mostraram-se eficazes. Por isso, são difundidos e incorporados por diversos setores da indústria.

Porém, não são só mudanças ao nível do processo produtivo que se verificam. A questão é mais ampla que a meramente produtiva, que a simplesmente econômica. Há mudanças significativas noutros níveis: novas formas de dominações, novos padrões de relação, novas exigências de qualificação, novas ideologias, novas representações. (1) Por conta da nova forma de organização do trabalho, o trabalhador, por exemplo, perde mais ainda o controle da totalidade do processo do trabalho. Ele fica

1. Kuenzer; A. Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 2; ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados; 1986, p. 14.

esponsável, na produção, por uma parcela cada vez menor na produção. Fica, portanto, completamente dependente do coletivo. Fica, assim, fragilizado. Fica dominado pela nova organização do trabalho. Deixa de dominar o conteúdo do trabalho. Fica imerso num conjunto de relações. Educa-se e reeduca-se numa nova pedagogia. Reeduca-se porque o homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção. Reeduca-se técnica e politicamente, mesmo que a educação política não seja explicitada. Isso quer dizer que são as relações sociais que educam o homem (2).

Por outro lado, a profunda divisão do trabalho introduzida pelo fordismo e pelo taylorismo criam uma hierarquização no trabalho coletivo e esta, a heterogestão, a qual se estrutura em uma pirâmide hierárquica. Na base dessa pirâmide encontram-se funções ligadas à execução de normas e procedimentos que exigem um baixo nível de escolaridade, de treinamento, pouca ou nenhuma experiência anterior e o domínio de um número específico de habilidades. Por isso, o trabalhador passa a não dominar o conteúdo do trabalho e vê excluída a possibilidade de participação nas decisões acerca do planejamento, da organização e da execução do trabalho. Assim, os indivíduos que se encontram na base da pirâmide estão entre os que percebem as mais baixas remunerações da estrutura salarial. A medida que se sobe na pirâmide hierárquica, aumentam os requisitos exigidos (escolaridade/treinamento), a necessidade de domínio do conteúdo do trabalho, o poder de decisão e o nível de remuneração (3).

Essa estrutura toda dá ao processo de trabalho aspectos de fragmentação e de heterogestão e cria uma pedagogia que lhe é peculiar; a pedagogia da fábrica.

(2) Id. e ibid. — p. 11-13.

(3) Id. e ibid. — p. 13-14.

Essa pedagogia gestada fora da Escola, invadirá o espaço escolar a partir dos anos 60 através da modernização do sistema escolar no Brasil, essa invasão vem no bojo dos Acordos MEC-USAID, se insinua no meio universitário com a Reforma de 68, sistematiza-se com a pedagogia tecnicista e consolida-se através da LDB 5692/71. Que se passa com a Escola a partir de então?

A Escola assimila adequando as mudanças do processo de trabalho: as mudanças da fábrica. Como essa assimilação se manifesta? Em primeiro lugar pela incorporação da heterogestão de ponta a cabeça. Heterogestão na rigidez da estrutura e do funcionamento. Heterogestão do Auxiliar de Serviços Gerais ao Administrador Escolar. No âmbito do Grupo Magistério instala-se uma profunda fragmentação do trabalho do educador. Separam-se os saberes/poderes/competências referentes ao planejamento, à execução e à decisão. Surge, então, uma nova divisão do trabalho escolar, definida a partir do lugar e do papel dos diversos agentes do processo educativo. Por essa nova divisão cabe ao professor executar em sala de aula, através das atividades de ensino-aprendizagem, as definições da política educacional e da política de ensino adotadas. Vale dizer, políticas em geral definidas em instâncias burocrático-formais muito distanciadas do professor. Ao supervisor cumpre fiscalizar a aplicação nas Escolas das políticas já referidas. Ao orientador fica reservado o papel de verificar as disfunções da aprendizagem, para ficar com o ângulo psicologista do trabalho de orientação. Ao administrador... Ah! a esse ficam os telhados, os banheiros, a cantina, a matrícula, a transferência, os gabinetes das Secretarias, a peregrinação por instâncias administrativas nem sempre produtivas.

Assim são todos educados. Educados sob a vigência da nova divisão do trabalho escolar. Não porque quisessem. Assim é. Assim continua sendo. Afinal, esse

quadro não é mudado por força apenas de indivíduos. As mudanças exigem uma moldura política mais ampla, um enquadramento geral que só a força coletiva é capaz de produzir.

Que é possível fazer?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1 KUENZER, Acácia Zeneida. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. 2. ed. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1986. 203 p.